

VAGAS NÃO PREENCHIDAS EM ESCOLAS SUPERIORES

Ernesto Luiz de Oliveira Junior

Um inquérito a que se está procedendo na CAPES (Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), embora ainda não terminado, já revela dados que indicam, positivamente, que nem tôdas as escolas de nível superior estão conseguindo preencher as vagas fixadas pelos respectivos Conselhos Técnico-Administrativos (ou órgãos equivalentes) para as primeiras séries de tais escolas.

Tal deficiência de matrícula não provém da falta de estudantes como poderia parecer à primeira vista, mas da falta de preparo dos candidatos para vencer as provas dos exames vestibulares.

De fato, os dados parciais até agora revelados, em parte levantados pela CAPES, em parte provenientes de um inquérito realizado pela revista "PLAN" (Distrito Federal), são os seguintes:

Escolas	Vagas	Candid.	Aprov
Universidade do Brasil	2050	5051	1779
Universidade Católica do Rio de Janeiro	580	712	360
Universidade do Distrito Federal	800	1867	679
Universidade Rural	100	108	35
Faculdade de Direito Cândido Mendes	100	226	37
Faculdade de Direito Gama Filho	100	239	122
Faculdade de Direito Brasileira	100	290	131
Faculdade Econômica do Rio de Janeiro	150	138	60
Faculdade Econômica da A. C. M.	140	28	22
Faculdade Econômica da F.D.F.	200	76	65
Faculdade Econômica da Pr. da República (D.F.)	100	36	32
Faculdade de Medicina e Cirurgia	100	562	145
Sub-Total	4420	9332	3467

Universidade de São Paulo	2200	4809	1335
Universidade da Bahia	980	879	430
Universidade do Paraná	1450	1906	888
Faculdade de Filosofia do Paraná	280	92	84
TOTAL	9330	17018	6204

NOTA: — A Faculdade de Filosofia, a Faculdade de Ciências Econômicas, a Escola Superior de Química e o Curso de Veterinária da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná realizaram dois concursos de admissão.

Portanto, somente nas instituições mencionadas permaneceram 3.126 lugares (31%!!!) se mpreenchimento.

Êste quadro merece algumas considerações:

1. A sociedade brasileira despende grandes somas com a educação superior. Entretanto, parte dessa despesa é inutilizada pelo não aproveitamento das vagas não preenchidas.

Só nas escolas do Distrito Federal, cêrca de mil lugares ficaram disponíveis, embora as escolas tivessem professôres, laboratórios, salas de aulas, etc., prontos para receber alunos.

Na Universidade Rural, por exeemplo, embora a capacidade das duas escolas lá existentes fôsse de 100 vagas em 1953, a matrícula geral na primeira série alcançou apenas 35, isto é a têrça parte da capacidade.

Quando se imagina que a Agronomia e Veterinária estão a exigir a tecnificação intensiva de suas atividades, a fim de poder atender aos reclamos da opinião pública que pede melhor nível de vida para as populações rurais do país, e quando se pensa que essa tecnificação só se poderá obter através da formação regular de especialistas em escolas de nível universitário, começa-se a verificar que a recusa de matrícula dos 73 jovens que não conseguiram ingressar naquelas escolas em virtude de deficiências de sua formação secundária representa não só um choque emocional para as pessoas envolvidas, mas, também, uma perda extremamente sensível para nossa economia.

2. Algumas escolas, percebendo claramente a gravidade da situação, atendendo ainda à pressão dos interessados e de

suas famílias, resolveram adotar a solução de uma segunda época de exames vestibulares, como se pode verificar, aliás, no próprio quadro acima.

É claro, porém, que essa solução não resolve coisa alguma, pelo contrário, cria novos e tremendos problemas para as escolas superiores.

De fato os candidatos foram reprovados porque nas provas vestibulares, revelaram não possuir o amadurecimento intelectual suficiente ou o nível mínimo de conhecimentos especializados que as escolas superiores fixaram como essencial para um rendimento razoável dos cursos que oferecem. O exame vestibular de 2ª época, feito logo após o primeiro, simplesmente coloca dentro das classes elementos não preparados de mistura com elementos com boa formação, de modo que os professores, ao darem as suas aulas, podem ter a certeza de dirigir-se a dois tipos completamente heterogêneos de estudantes.

E é claro que o curso será iniciado com sérios prejuízos para um, para outro ou para ambos os grupos de alunos.

Observemos, de passagem, que a escola superior com essa precaríssima solução (exclusivamente oportunística, sem qualquer base técnica) poderá vir a prejudicar definitivamente todos os alunos matriculados:

- a) os alunos bem preparados, por não lhes dar (e dêles não exigir) o nível de aproveitamento de que seriam capazes;
- b) os alunos mal preparados, por não exigir dêles que refaçam os conhecimentos de nível secundário em que eram deficientes e que, na escola superior, muito dificilmente terão oportunidade de rever. Mesmo que êsses alunos venham a graduar-se dificilmente deixarão de apresentar graves deficiências de formação.

3. Tendo em vista essas ponderações que parecem irretorquíveis, seria talvez oportuno tentar uma solução que vem sendo empregada, com sucesso, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica do Ministério da Aeronáutica.

Desde a sua mudança para a sede definitiva do Centro Técnico de Aeronáutica, em São José dos Campos, a capacidade de admissão foi fixada em 70 novos alunos para o primeiro ano da Escola Fundamental. Realizados os exames vestibulares, porém, apesar de se haverem sempre apresentado várias centenas de candidatos, não era possível obter mais de 30 ou 40 alunos em condições de matrícula.

Resolveu-se, então, instalar o que passou a chamar-se o "Ano Prévio", no qual são matriculados, mediante uma segunda escolha, um número de alunos que, juntamente com o número de matriculados no Primeiro Ano, perfaça o número total de vagas na Escola, no caso atual, 70. Assim, se no exame vestibular fôsem julgados aptos 33 alunos, os quais deveriam ser matriculados no 1.º ano, far-se-ia uma segunda escolha para selecionar 37 alunos a matricular no Ano Prévio.

Determina ainda o nosso Regulamento que não haverá "Ano Prévio", se o número de alunos que nêle deveriam ser matriculados fôsse inferior a 15.

Os alunos do primeiro ano fazem o curso de engenharia-aeronáutica ou eletrônica regularmente, em 5 anos.

4. Os alunos do Ano Prévio têm um ensino correspondente ao "Curso Colegial", com ênfase nas disciplinas que interessam especialmente ao curso de Engenharia do Instituto, constituindo, portanto, uma verdadeira *revisão* das disciplinas do curso secundário que interessam ao ensino da engenharia, mas, convém acentuar, essa revisão é feita em ambiente universitário, com professores altamente competentes, com excelentes laboratórios e em regime no qual tanto alunos como professores, trabalham e estudam em tempo integral.

A aprovação dos alunos nos exames das disciplinas do Ano Prévio, assegura sua matrícula no Primeiro Ano do Instituto, não sendo, portanto, necessário novo exames vestibular para êsses jovens.

Verifica-se, assim, que o Ano Prévio funciona como válvula que assegura um fornecimento adequado de alunos convenientemente preparados para seguir as aulas do Primeiro Ano do Instituto, sem o artifício ilusório e anárquico dos exames vestibulares de segunda época.

5. Se os candidatos externos tiverem boa formação, serão aprovados no exame vestibular e farão o curso em cinco anos. Se sua preparação fôr deficiente, serão matriculados no Ano Prévio, ocupando totalmente o número de vagas de que dispõe a Escola. Êsses candidatos, porém, farão normalmente o curso em seis anos. Antes de cursar o Primeiro Ano, entretanto, a solução ora sugerida garante que êles terão a sua formação secundária convenientemente revista e consolidada.

6. A título de informação, pode-se acrescentar que no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, os exames de admissão ao Primeiro Ano versam sôbre as disciplinas para isso escolhidas em qualquer escola de engenharia: a matemática, a física, a química, e o desenho, sendo aprovados os alunos aptos nas quatro disciplinas e que conseguiram média global suficiente.

Entretanto, na segunda escolha, para o Ano Prévio, o critério adotado é o da maior nota em matemática, apenas. Isso porque tal disciplina, como verificamos pelos provas, é aquela que é ministrada de modo mais uniforme em todo o Brasil. Existem, no País, vastas regiões onde a física e principalmente a química, são ensinadas de modo bem precário. Com a matemática isso não se dá, de modo geral.

Se a escolha para o Ano Prévio fôsse feita pela média global, pela prova de física, ou pela de química, vastas regiões do Brasil não teriam representantes no Ano Prévio do Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

7. Tendo verificado que alguns dos alunos selecionados para o Ano Prévio apenas mediante a nota de matemática não apresentavam, durante o curso, um rendimento apropriado, isto é, não se revelavam perfeitamente adaptados ao estudo da en-

genharia, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica está realizando pesquisas para completar aquela prova com a introdução de determinados testes que permitam uma seleção mais adequada.

8. No corrente ano letivo, de 1955, já pode o Instituto Tecnológico de Aeronáutica dispensar a instalação do Ano Prévio, pois o nível médio de conhecimentos dos candidatos ao exame de admissão tendo melhorado consideravelmente, foi possível preencher tôdas as vagas (60) com alunos para o 1.º ano.

9. A legislação federal que regula a vida das escolas superiores do País deveria permitir que aquelas que o desejassem fôsem autorizadas a fazer experiências análogas à do Instituto Tecnológico de Aeronáutica na parte referente ao esforço de preencher convenientemente tôdas as vagas disponíveis em suas primeiras séries.
